



“Sarney soube imprimir seu estilo”

Em entrevista ao **Correio**, ex-ministro Moreira Franco lembra fatos que marcaram a época, como o papel das Forças Armadas no processo

» VANILSON OLIVEIRA

Barbara Cabral/Esp. CB/D.A Press

Em uma entrevista exclusiva ao **Correio**, o ex-ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência Moreira Franco lembrou os bastidores da transição política de 1985, um dos momentos mais delicados da história recente do Brasil. Moreira Franco foi uma das figuras-chave desse período e testemunhou de perto os desafios da transição democrática. Ele fala sobre como a vitória de Tancredo Neves foi recebida dentro do Partido Democrático Social (PDS), partido que sustentava o regime militar, e como a saída de José Sarney da legenda para compor a chapa com Tancredo gerou reações. A seguir, trechos da entrevista:

O senhor foi uma das principais lideranças do PDS. Como o partido reagiu à vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral?

No PDS, eu fui um dos articuladores da Aliança Liberal, grupo que rompeu com a candidatura de Paulo Maluf para apoiar Tancredo. Dentro do partido, havia uma cisão clara. De um lado, aqueles que defendiam a redemocratização e, do outro, os que resistiam a ela e mantinham apoio ao Maluf.

Houve alguma articulação dentro do PDS ou entre os militares para impedir a posse de Tancredo?

Não. No PDS, não houve nada nesse sentido. O partido passou por uma disputa interna entre Paulo Maluf e Mario Andreazza, e Maluf venceu. Após isso, o foco se voltou para a eleição no colégio eleitoral, que seguiu seu curso normal. O próprio governo militar fez acordos políticos para garantir uma transição segura, e Maluf sabia que não tinha maioria e aceitou o resultado.

Quando José Sarney deixou o PDS para compor a chapa com Tancredo, ele foi visto como um traidor?

A decisão de Sarney gerou reações mistas. Entre os que queriam a redemocratização, sua escolha foi bem recebida. Mas aqueles que apoiavam Maluf viam sua saída com resistência. No entanto, era um movimento inevitável, a candidatura de Maluf não tinha viabilidade no colégio eleitoral, e o próprio governo já articulava composições para garantir a transição.

Caso Tancredo tivesse assumido, o senhor acredita que ele enfrentaria



Tancredo sempre manteve uma relação respeitosa com as Forças Armadas, mesmo antes da eleição. A anistia já havia sido aprovada, e o clima era de transição

assumiu o Ministério do Exército, foi um dos principais garantes da posse de Sarney e defensor da redemocratização. Não havia clima para qualquer tentativa de reversão do processo democrático.

O general Walter Pires teria cogitado impedir a posse de Sarney. O senhor teve conhecimento disso na época?

Walter Pires era o ministro do Exército no governo Figueiredo. Nunca tive conhecimento de que ele tenha feito qualquer movimentação nesse sentido. A transição já estava consolidada, e havia respaldo político e militar para sua continuidade.

Mesmo derrotado no colégio eleitoral, o PDS continuava sendo um partido forte. Como ele se posicionou nos primeiros meses do governo Sarney?

O partido aceitou o resultado e manteve sua estrutura. A oposição mais firme ao governo Sarney veio do PT, que criticava a forma como a transição foi conduzida.

Sarney assumiu um governo já estruturado por Tancredo. O senhor acredita que ele teve dificuldades para governar sem um núcleo político próprio?

Administrar um governo sem um núcleo político de confiança não é confortável. Sarney herdou

um governo montado por Tancredo, e isso naturalmente trouxe desafios. Mas ele era um político experiente e soube navegar nesse ambiente, consolidando alianças ao longo do tempo.

O governo Sarney teve uma identidade própria ou apenas deu continuidade ao projeto de Tancredo?

Todo governo tem sua identidade própria. Sarney não surgiu do nada no cenário político. Ele tinha uma longa trajetória, desde os anos 1950, e soube imprimir seu estilo de governar. A grave crise econômica obrigou Sarney a adotar medidas emergenciais, o que influenciou sua identidade como presidente.

Se Tancredo tivesse assumido, o Brasil teria passado por um processo diferente de redemocratização?

A redemocratização aconteceria do mesmo jeito, mas a política econômica seria completamente diferente. Tancredo conhecia profundamente a máquina do Estado e tinha um perfil desenvolvimentista. Sem dúvida, seu foco seria criar condições para o crescimento econômico.

Quais foram os maiores desafios enfrentados pelo governo nos primeiros anos da Nova República?

O maior desafio foi econômico. A crise da época não era consequência de fatores externos, mas de problemas estruturais internos que se acumulavam há anos. Resolver essa situação exigia medidas urgentes, como os planos de estabilização econômica.

Como o senhor avalia o papel de Sarney na consolidação da democracia brasileira?

Sarney foi fundamental. Ele tinha experiência, paciência e habilidade para administrar conflitos. Seu compromisso era garantir que a transição ocorresse sem rupturas e consolidar a democracia no Brasil. Se tivesse sido outro político no comando, talvez o processo tivesse sido mais turbulento.

O Brasil ainda enfrenta crises cíclicas desde aquele período. Como o senhor enxerga essa questão?

A crise econômica que o Brasil enfrentava nos anos 1980 deixou sequelas profundas, que se refletem até hoje. Desde então, o país alternou momentos de crescimento com recessões severas, sem conseguir consolidar um modelo de desenvolvimento sustentável. Esse atraso impacta diretamente o mercado de trabalho e a estrutura produtiva do Brasil até hoje.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Trump será o fator imponderável para Lula em 2026

O diagnóstico das principais chancelarias do mundo é unânime em relação ao presidente Donald Trump: é imprevisível. Assim sendo, sua interferência nas eleições de 2026 aqui no Brasil é uma variável imponderável para qualquer análise política. Por isso, a histriônica decisão do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) de se licenciar do mandato na Câmara e se autoexilar nos Estados Unidos não deve ser subestimada.

O filho 03 de Jair Bolsonaro atua com o propósito de construir uma crise diplomática entre a Casa Branca e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de duras acusações de autoritarismo contra o Supremo Tribunal Federal (STF). Em particular, contra o ministro Alexandre de Moraes, o principal responsável pelo processo que investiga a tentativa de golpe de Estado de 8 de Janeiro de 2023, em qual o ex-presidente Jair Bolsonaro foi denunciado como um dos envolvidos, pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

A forma como Trump age em relação ao México, ao Canadá, ao Panamá, à Groelândia (Dinamarca) e à Ucrânia mostra que as regras do jogo pós Segunda Guerra Mundial não são consideradas pela Casa Branca. Voltamos aos tempos de Tucídides, há mais de dois milênios: “Os fortes fazem o que querem e os fracos sofrem o que devem”, segundo Joseph Nye, em recente artigo publicado no *Financial Times* (Reino Unido), intitulado *Trump e o fim do soft power americano*.

Ex-diretor da Kennedy School da Universidade de Havard, em 1990, Nye criou o termo que conceitua a estratégia de política externa que visa influenciar outros países através da persuasão e da atração, em vez de recorrer à violência. Esqueçam os recursos culturais, valores ideológicos, estilo de vida, culinária, música e cinema como elementos do “americanismo” que projetavam uma imagem positiva, atraía e inspirava pessoas. A política externa de Trump é o oposto, o “hard power”, ou seja, o uso do poder econômico e poder militar direto, o que leva a muitos conflitos e estresses diplomáticos.

“Os líderes podem achar o hard power mais tentador. Mas, a longo prazo, o soft power geralmente prevalece. O império romano não se baseou apenas em suas legiões, mas também na atração da cultura romana. O Muro de Berlim caiu não sob uma barragem de artilharia, mas de martelos e escavadeiras empunhados por pessoas que haviam perdido a fé no comunismo e eram atraídas para os valores do Ocidente”, pondera Nye.

A experiência empresarial no mercado imobiliário de Nova York, segundo o analista, deu a Trump “uma visão truncada do poder limitado à coerção e transações”, o que explicaria seu bullying contra a Dinamarca sobre a Groelândia, suas ameaças ao Panamá, que ultraja a América Latina, sua parceria com Vladimir Putin sobre a Ucrânia, que enfraquece sete décadas da aliança da Otan, e o desmantelamento da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) que John F. Kennedy criou.

Os clássicos da ciência política não fazem muito sucesso diante da política de baixa qualidade. Entretanto, Nye tem razão quando compara os britânicos Thomas Hobbes (que imaginou um estado de natureza sem governo como uma guerra de todos contra todos) e John Locke, que idealizou um estado de natureza envolvendo contratos sociais que permitiam a busca bem-sucedida da vida, da liberdade e da propriedade.

Essas ideias sobre o contrato social são o fundamento da democracia americana. Por essa razão, Nye aposta naquilo que as pesquisas já estão apontando: o hard power leva ao enfraquecimento de Trump na opinião pública norte-americana, devido à insegurança política, econômica e jurídica que suas polêmicas decisões estão criando no mundo. Em dois meses, a desaprovação de Trump saltou de 40,0% para 48,7%, enquanto a aprovação caiu de 51,8% para 47,7%.

A estratégia protecionista e nacionalista de Trump, voltada para salvar a velha indústria americana e gerar empregos diretos, é um modelo de substituição de importações ultrapassado, sem chance de dar certo, num mundo cujas cadeias de valor estão cada vez mais integradas, inclusive, as da China. O colunista do *Washington Post* Fared Zakharia, ontem, em artigo reproduzido pelo *O Estado de São Paulo*, classificou a política industrial de Trump como uma “miragem”.

Entretanto, o tempo da política não é igual para todos, nem o da economia. Em que condições Trump estará em meados de 2026, para interferir nas eleições gerais no Brasil? É impossível prever. Apesar do nosso complexo de vira-latas, o Brasil não é um país qualquer. Tudo indica, teremos o projeto de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que desistiu do apoio eleitoral do Centrão e arma uma “frente de esquerda”. Já opera seu governo para garantir a própria presença no segundo turno.

Contra a reeleição de Lula, até agora, certo mesmo é o projeto bolsonarista sem Jair Bolsonaro, que estará inelegível, mas está na rua e pode levar um candidato de extrema-direita ao segundo turno, seja o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o 01, ou Eduardo, seu “embaixador” nos Estados Unidos. Entretanto, bolsonarista-raiz, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (PR), é o nome mais capaz de unir toda a direita contra Lula.

Quem quiser que se iluda, Trump não será indiferente à disputa eleitoral no Brasil. A grande incógnita é sobre o real poder de interferência que terá nas eleições brasileira daqui a um ano.

EDUARDO, O FILHO 03 DE JAIR BOLSONARO, ATUA COM O PROPÓSITO DE CONSTRUIR UMA CRISE DIPLOMÁTICA ENTRE A CASA BRANCA E O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O partido que entende que lugar de mulher é na política.

Filie-se e participe do PSD Mulher

www.psdmulher.org.br

flickr psdmulher55 @psdmulher55 @psdmulher55 psdmulher

psd 55 mulher